

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE
PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

EDITAL 01/2022



GABARITO TIPO: 1

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 202	Cargo/Especialidade <ul style="list-style-type: none">• Analista Legislativo• ANALISTA DE PROJETOS EDUCACIONAIS
QUESTÕES	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• NOÇÕES DE DIREITO• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de **60 (sessenta)** questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 15 de Noções de Direito e 30 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. As provas objetivas terão duração de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para a folha de respostas oficial.
3. Por motivo de segurança, o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas decorridas 3 (três) horas do início de sua aplicação.
4. O candidato deverá marcar na folha de respostas o tipo de caderno de prova - **Gabarito Tipo 1 ou Gabarito Tipo 2**.
5. As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas para a folha de respostas oficial, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
6. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas objetivas, devidamente preenchida e assinada.
9. O gabarito da prova objetiva de cada cargo/especialidade/área de seleção será publicado em até dois dias úteis após a realização das provas, no *Diário do Legislativo*, e divulgado no sítio eletrônico <www.fumarc.com.br>.
10. **ATENÇÃO:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Poder e Voz do Cidadão!”

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

(-----)

Milly Lacombe

Minhas duas primeiras memórias de infância envolvem meu pai.

Na primeira delas, estou em seus ombros, no meio de uma multidão que cantava, pulava e festejava. Enrolados em uma bandeira do Brasil que minha mãe havia feito na máquina de costura, que ficava no mesmo quarto da TV em branco e preto. Eu tinha três anos, ele tinha 43. A seleção tinha acabado de ser tricampeã mundial de futebol e meu pai e eu celebrávamos no meio de outras centenas de pessoas na rua General Glicério, em Laranjeiras, no Rio.

Na segunda memória, estou subindo com ele a rampa do Maracanã. Eu tinha um pouco mais que três anos, mas não muito mais. Lembro-me da mão dele segurando a minha, lembro-me de olhar para cima e vê-lo ali sorrindo para mim. Lembro-me das pessoas passando em volta, apressadas e felizes. Lembro-me das camisas e bandeiras misturadas: vermelho e preto em alguns; verde, branco e grená em outros. Ele e eu fazíamos parte desse segundo grupo de pessoas. Na minha outra mão, uma almofadinha com as cores do Fluminense, feita por minha mãe na máquina de costura que ficava no mesmo quarto da TV branco e preta. A almofadinha era uma solução à dureza do concreto da arquibancada.

Subindo a rampa, lembro-me de ver, lá bem longe e já no topo, uma abertura para o céu. Era para lá que caminhávamos, meu pai e eu, de mãos dadas. O que haveria ali além do céu? Depois de uma subida, bastante longa para um pequeno corpo que ainda não tinha feito cinco anos, lembro-me de conhecer o que, anos depois, entenderia ser o êxtase que vem com a experiência do sagrado. Ao final da rampa, uma abertura para um campo verde, de marcas brancas e milhares de pessoas cantando ao redor.

Capturada pela imensidão do momento, outra vez olhei para cima e vi meu pai. Ele sorria e não se movia, como quem sabe que seria importante me deixar ali um pouco, apenas sentindo a grandeza do momento, apenas absorvendo uma experiência inaugural de amor e paixão. Depois de um tempo, ele me pegou no colo e subimos os degraus da arquibancada, sendo abençoados por um tanto de pó de arroz a cada passo.

Não me lembro de mais nada. Não me lembro do placar, não me lembro do que aconteceu em campo, não me lembro do que comemos, nem dos sorvetes que não pedi. Lembro-me apenas das sensações e das emoções daquele dia. Mas, mais que qualquer coisa, lembro-me da mão de meu pai na minha. Se fechar os olhos, posso sentir a temperatura e a textura de sua mão na minha. Se fechar os olhos, sinto outra vez a exata pressão que a mão dele fazia na minha, todas as vezes que andávamos assim pelas ruas, e sinto a segurança que aquelas mãos me davam.

Meu pai não está mais aqui, mas a sensação de sua mão na minha está. Pouca coisa, aliás, se manteve presente além dessa sensação. Talvez apenas a emoção de subir uma rampa cujo final é um campo de futebol onde dois times se enfrentarão. O caminho do sagrado, do final de um período escuro, frio e penoso que se abre para uma imensidão de luzes, sonhos e possibilidades.

Anos depois, eu conduziria meu sobrinho pela mesma rampa, mas agora interpretando o papel feito por meu pai.

O que é a vida se não esse contínuo trocar de lugares e essa perpétua caminhada que pode nos levar a encontros grandiosos? Não muita coisa, eu acho. Um passo atrás do outro, uma batalha atrás da outra. Conquistas, fracassos. Vitórias, derrotas. Dias bons, dias ruins. Partidas, chegadas. E lá vamos nós outra vez.

Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nosso-estranho-amor/2022/11/\[...\].shtml](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nosso-estranho-amor/2022/11/[...].shtml) (Adaptado) Acesso em: 30 dez. 2022.

QUESTÃO 01

O propósito do texto é

- (A) apresentar a importância do futebol para a sociedade brasileira.
- (B) demonstrar como a vida é cheia de altos e baixos.
- (C) mostrar como é a sensação de estar em um campo de futebol.
- (D) relatar os bons momentos vividos pela autora junto ao pai.

QUESTÃO 02

São sentimentos presentes no texto, **EXCETO**:

- (A) Afeto.
- (B) Confiança.
- (C) Empatia.
- (D) Esperança.

QUESTÃO 03

São títulos possíveis para o texto, **EXCETO**:

- (A) A emoção de um estádio de futebol.
- (B) De mãos dadas com meu pai.
- (C) Primeiras memórias da minha infância.
- (D) Vida: uma troca de lugares.

QUESTÃO 04

Sobre a constituição do texto, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) A linguagem figurada é um dos recursos utilizados ao longo do texto.
- (B) A linguagem formal é a mais utilizada.
- (C) O último parágrafo não se relaciona às ideias anteriormente apresentadas.
- (D) Somente prevalece a opinião da autora do texto.

QUESTÃO 05

Com base no texto, todas as seguintes **extrapolações** podem ser feitas, **EXCETO**:

- (A) A sensação vivida pela autora na infância foi tão intensa que perdura até os dias de hoje.
- (B) A subida da rampa até o campo pode ser comparada à caminhada da vida que pode nos levar a encontros grandiosos.
- (C) A vontade da autora é de passar ao sobrinho as mesmas sensações que sentira em sua infância.
- (D) Todas as memórias da autora se baseiam em momentos ligados ao futebol, por ser, provavelmente, onde o pai se sentia feliz.

QUESTÃO 06

Em: “Talvez apenas a emoção de subir uma rampa **cujo** final é um campo de futebol **onde** dois times se enfrentarão.”, estão corretas as afirmativas sobre os pronomes destacados, **EXCETO**:

- (A) O pronome relativo “cujo” estabelece com o antecedente “uma rampa” uma relação de posse.
- (B) O pronome relativo “cujo” não pode ser substituído por nenhum outro pronome.
- (C) O pronome relativo “onde” só pode ser usado quando se refere a lugares físicos.
- (D) O pronome relativo “onde” não pode ser substituído por “em que” ou “no qual”, em referência a lugar.

QUESTÃO 07

Em: “O que é a vida se não **esse** contínuo trocar de lugares e **essa** perpétua caminhada que pode nos levar a encontros grandiosos?”, os pronomes demonstrativos “esse” e “essa” foram usados, pois

- (A) indicam algo que ainda será mencionado.
- (B) indicam algo que já foi mencionado ao longo do texto.
- (C) se referem às palavras que os antecedem.
- (D) se referem às palavras que os sucedem.

QUESTÃO 08

Em: “Depois de uma subida, bastante longa para um pequeno corpo que ainda não tinha feito cinco anos, lembro-me de conhecer o que, anos depois, entenderia ser o **êxtase** que vem com a experiência do sagrado.”, **êxtase** pode ser **MELHOR** substituída por

- (A) ímpeto.
- (B) entusiasmo.
- (C) deslumbramento.
- (D) desejo.

QUESTÃO 09

Em: “O que é a vida se não esse **contínuo** trocar de lugares e essa **perpétua** caminhada que pode nos levar a encontros grandiosos?”, as palavras destacadas podem ser **MELHOR** substituídas, sem prejuízo de sentido, por, **respectivamente**:

- (A) coerente – vitalícia.
- (B) constante – eterna.
- (C) incessante – duradoura.
- (D) ininterrupto – permanente.

QUESTÃO 10

Há traços de oralidade em:

- (A) “A almofadinha era uma solução à dureza do concreto da arquibancada.”
- (B) “E lá vamos nós outra vez.”
- (C) “Eu tinha um pouco mais que três anos, mas não muito mais.”
- (D) “O que haveria ali além do céu?”

QUESTÃO 11

Em: “A seleção tinha acabado de ser tricampeã mundial de futebol e meu pai e eu **celebrávamos** no meio de outras centenas de pessoas na rua General Glicério, em Laranjeiras, no Rio.”, o verbo “**celebrávamos**” está flexionado no mesmo tempo verbal que:

- (A) “Anos depois, eu **conduziria** meu sobrinho pela mesma rampa, mas agora interpretando o papel feito por meu pai.”
- (B) “Depois de um tempo, ele me **pegou** no colo e subimos os degraus da arquibancada, sendo abençoados por um tanto de pó de arroz a cada passo.”
- (C) “Eu **tinha** um pouco mais que três anos, mas não muito mais.”
- (D) “Pouca coisa, aliás, se **manteve** presente além dessa sensação.”

QUESTÃO 12

Observe a regência dos verbos destacados nas frases abaixo:

- 1- **Lembro-me** das pessoas passando em volta, apressadas e felizes.
Lembro das pessoas passando em volta, apressadas e felizes.
- 2- **Lembro-me** da mão dele segurando a minha.
Lembro a mão dele segurando a minha.
- 3- “**Lembro-me** apenas das sensações e das emoções daquele dia.”
Lembro apenas as sensações e as emoções daquele dia.
- 4 - Não me **lembro** do que aconteceu em campo.
 Não me **lembro** o que aconteceu em campo.

Quanto à regência dos verbos, as frases acima poderiam ser reescritas, **sem prejuízo sintático**, em:

- (A) 1 e 3.
- (B) 1 e 4.
- (C) 2 e 3.
- (D) 2 e 4.

QUESTÃO 13

A vírgula foi usada com a mesma função: indicar a inversão das orações subordinadas adverbiais, **EXCETO** em:

- (A) Capturada pela imensidão do momento, outra vez olhei para cima e vi meu pai.
- (B) Na primeira delas, estou em seus ombros, no meio de uma multidão que cantava, pulava e festejava.
- (C) Se fechar os olhos, posso sentir a temperatura e a textura de sua mão na minha.
- (D) Subindo a rampa, lembro de ver, lá bem longe e já no topo, uma abertura para o céu.

QUESTÃO 14

A posição do pronome oblíquo destacado é **facultativa** em:

- (A) “Ele sorria e não se movia, como quem sabe que seria importante **me** deixar ali um pouco [...].”
- (B) “Ele sorria e não **se** movia, como quem sabe que seria importante me deixar ali um pouco [...].”
- (C) “O caminho do sagrado, do final de um período escuro, frio e penoso que **se** abre para uma imensidão de luzes, sonhos e possibilidades.”
- (D) “Talvez apenas a emoção de subir uma rampa cujo final é um campo de futebol onde dois times **se** enfrentarão.”

QUESTÃO 15

A crase é **obrigatória** em:

- (A) Ele se dirigiu aquele senhor de terno.
- (B) Esse assunto interessa a todos.
- (C) Esse documento não é útil a ela.
- (D) O chefe da repartição está propenso a demitir os funcionários.

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO**QUESTÃO 16**

O Direito Humano fundamental à saúde, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é garantido com as seguintes características:

- (A) Gratuito, universal e de competência repartida por Lei entre os entes da Federação.
- (B) Universal, gratuito e de competência solidária dos três entes da federação.
- (C) Universal, gratuito e de eficácia limitada por Lei.
- (D) Universal, porém, gratuito apenas para quem comprovar ser pobre na forma da Lei.

QUESTÃO 17

A soberania, no âmbito do Estado como objeto de estudo e experiência moderna, **expressa**:

- (A) Elemento antagônico ao poder.
- (B) Elemento constitutivo.
- (C) Elemento subjetivo.
- (D) Sinônimo de autonomia.

QUESTÃO 18

A Constituição, na relação entre as autoridades estatais e particulares, no Estado de Direito, tem por **finalidade**:

- (A) Apenas organizar o Estado e suas funções.
- (B) Contensão de escolhas individuais para proteção do poder do Estado.
- (C) Mero documento formal, indiferente aos modelos de Estado.
- (D) Proteção dos direitos e garantias fundamentais.

QUESTÃO 19

Considere que um servidor público, no exercício da função, exerça competência decisória acerca de restrição a direitos de terceiros. Nessa hipótese, é **CORRETO** afirmar que o princípio da legalidade **determina**:

- (A) a licitude da decisão, se autorizada por qualquer ato normativo.
- (B) a licitude da restrição, se autorizada por Lei.
- (C) ilícita, apenas se o agente extrapolar sua competência.
- (D) necessariamente ilícita, porque o Estado não pode limitar direitos.

QUESTÃO 20

O sistema de governo adotado pelo Estado brasileiro, sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando a relação entre os poderes legislativo e executivo, pode ser **classificado** como:

- (A) Absolutista.
- (B) Ditatorial.
- (C) Parlamentarismo.
- (D) Presidencialismo.

QUESTÃO 21

Na ordem constitucional brasileira vigente, uma manifestação reivindicatória de direitos, constitucional ou legalmente assegurados, implica na seguinte **consequência** para órgãos e autoridades públicas:

- (A) A manifestação em questão é liberdade fundamental e gera para o Estado, seus entes e agentes obrigação de suportá-la e não impedir ou reprimir sua ocorrência pacífica.
- (B) Em se tratando de manifestações em espaços públicos, seu exercício lícito exige prévia autorização do órgão ou autoridade a que se dirija.
- (C) Toda manifestação implica para autoridade que dela tomar conhecimento no dever de comunicar sua ocorrência aos órgãos competentes para a responsabilização dos organizadores.
- (D) Trata-se de liberdade fundamental, mas seu exercício não é permitido no interior das sedes dos poderes de Estado.

QUESTÃO 22

O exercício da representação política no Estado brasileiro, consideradas todas as esferas da Federação no modelo atual, está **corretamente** relacionado ao requisito contido em:

- (A) Direito de sufrágio.
- (B) Objeto de norma estabelecida apenas no plano infraconstitucional.
- (C) Vedação ao exercício direto de direitos políticos.
- (D) Voto indireto.

QUESTÃO 23

Os Estados que compõem uma Federação vinculam-se à seguinte premissa própria desta forma de organização:

- (A) Direito irrestrito de organização e parametrização da relação entre suas autoridades e seu próprio povo.
- (B) Obediência às normas constitucionais impostas simetricamente a todos os entes.
- (C) Prerrogativa de possuir forças armadas para sua própria defesa.
- (D) Prerrogativa de separar-se da Federação, conforme procedimento constitucional previsto.

QUESTÃO 24

Os Estados na Federação brasileira, no que se refere à organização das funções de sua competência, devem observar a seguinte **imposição** constitucional vigente quanto à separação de poderes:

- (A) Independência da função Legislativa, facultada sua divisão entre os poderes Legislativo e Executivo.
- (B) Observar as prerrogativas inerentes à separação dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), facultada a criação do Ministério Público Estadual.
- (C) Prever a independência dos poderes Executivo e Legislativo, mas não necessariamente do poder Judiciário.
- (D) Prever prerrogativas institucionais inerentes à separação, garantidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

QUESTÃO 25

As normas regimentais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais determinam, acerca do seu local de funcionamento:

- (A) Sua sede é na capital do Estado, deve funcionar no Palácio da Inconfidência, mas, por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria de seus membros, pode a Assembleia Legislativa reunir-se, temporariamente, em qualquer cidade do Estado.
- (B) Sua sede é na capital do Estado, deve funcionar no Palácio da Inconfidência, vedada sua reunião em outra cidade do Estado.
- (C) Sua sede é na capital do Estado, deve funcionar no Palácio da Inconfidência, exceto para as reuniões preparatórias.
- (D) Sua sede, funcionamento e local de reuniões devem ser definidos a cada legislatura.

QUESTÃO 26

A seleção, o provimento e a administração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais competem:

- (A) à própria Assembleia, independentemente de concurso público.
- (B) à própria Assembleia, mediante iniciativa do Governador de Estado.
- (C) à própria Assembleia.
- (D) ao poder Executivo, mediante cessão de pessoal.

QUESTÃO 27

O Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais que receber informações de terceiros em razão do exercício do mandato está protegido por prerrogativa do cargo, conforme a seguinte alternativa:

- (A) O Deputado não é obrigado a testemunhar sobre tal informação, o que lhe é garantido por seu estatuto funcional.
- (B) O dever do Deputado de testemunhar sobre a informação depende da prévia autorização da Assembleia.
- (C) O dever do Deputado de testemunhar sobre a informação não alcança aquelas que o prejudiquem.
- (D) O dever do Deputado de testemunhar sobre a informação se restringe à esfera criminal.

QUESTÃO 28

O Deputado que proferir expressões ou apresentar proposições violadoras de direitos constitucionais, conforme norma regimental da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, **submete-se** à seguinte hipótese:

- (A) Extinção de mandato.
- (B) Proteção por imunidade formal.
- (C) Proteção por imunidade material.
- (D) Quebra de Decoro por abuso de prerrogativa.

QUESTÃO 29

O processo legislativo é exigência necessária à seguinte espécie de norma no âmbito do Estado de Minas Gerais:

- (A) Decretos regulamentares.
- (B) Leis delegadas.
- (C) Portarias estaduais.
- (D) Qualquer norma produzida no âmbito da Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 30

O princípio da publicidade, que vincula a Administração Pública dos três poderes e demais órgãos de Estado, determina:

- (A) a publicidade como regra dos atos da Administração, permitidas as exceções previstas na Constituição e regulamentadas em lei.
- (B) a publicidade como regra, permitidas exceções a critério do legislador mediante norma infraconstitucional.
- (C) a publicidade dos atos estatais, desde que reivindicada pelo procedimento legal estabelecido para demandar informações individual ou coletivamente.
- (D) o sigilo como regra geral, permitida a publicidade conforme regulamentada por Lei.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões 31 e 32 partem da reflexão do texto abaixo, a respeito da gestão por competências.

A gestão por competências é uma metodologia da área de recursos humanos que tem por objetivo identificar e gerir colaboradores de acordo os perfis profissionais desejados, proporcionando, assim, maior retorno para a organização. Através dessa estratégia, é possível conduzir cada colaborador conforme o seu perfil profissional e demandas específicas de desenvolvimento da empresa. Essas competências são conhecidas como CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes) e são responsáveis por capacitar a pessoa para ocupar determinado cargo ou exercer certa função em uma empresa.

Veja a seguir o conceito de cada uma dessas competências:

- **Conhecimento:** É o conhecimento teórico que o profissional tem sobre a sua área de atuação. Essa base pode ser aprendida por meio de treinamentos, leituras, escolas, cursos, faculdades e até mesmo das experiências de vida que a pessoa teve.
- **Habilidade:** A habilidade consiste em saber como colocar em prática todo o conhecimento teórico que possui.
- **Atitude:** A atitude está relacionada à vontade do profissional em aplicar o seu conhecimento e habilidade para concretizar tarefas e atingir os objetivos.

Quando um funcionário possui todas essas competências, traz uma vantagem competitiva significativa para a organização em que atua.

Os principais benefícios da gestão por competência são:

- Melhora nos processos de tomada de decisão;
- Maior engajamento e participação dos colaboradores;
- Maior eficácia nos processos de recrutamento e seleção;
- Melhora na comunicação interna;
- Missão, visão e valores alinhados.

Fonte: Disponível em: https://toteduca.com.br/gestao-por-competencia-e-educacao-corporativa/?gclid=Ci0KCQiAg_KbBhDLARIsANx7wAyb1LUCh79CtFLrWhRbd9a9nxKk-dLemzSC3LLpOvmWEgeP-XmuqphoaAq64EALw_wcB Acesso em: 22 nov. 2022. (adaptado)

QUESTÃO 31

A partir da leitura do texto acima e com base nos seus conhecimentos a respeito de gestão por competências, é possível afirmar de forma **CORRETA**:

- (A) A gestão por competência está aliada à meritocracia de cada colaborador, independentemente da competência imediata da função que exerce.
- (B) A habilidade da aplicação do conhecimento permite nortear a função que o colaborador deve desempenhar para atingir a performance exigida pela função.
- (C) Embora seja uma metodologia, não há um planejamento específico de implementação, dependendo de a empresa seguir ou não o método de gestão por competências.
- (D) O chamado CHA não garante o desempenho da organização, pois o funcionário pode não ter alguma dessas competências e, ainda assim, desempenhar sua função de modo exemplar.

QUESTÃO 32

Avalie as afirmações sobre os benefícios para os profissionais e para a instituição que investe na capacitação dos colaboradores.

- I. Aumenta o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades e competências, aumentando a motivação, o engajamento e a produtividade dos colaboradores.
- II. Amplia o desenvolvimento de perfil de liderança, melhora o clima organizacional, mas promove um aumento na taxa de rotatividade de funcionários, uma vez que a promoção não é para todos.
- III. Torna a empresa mais atrativa para os profissionais, porém, promove lentidão e ineficiência na tomada de decisão.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 33

Analise as asserções sobre o uso de tecnologia nas escolas e a relação proposta entre elas.

I - O letramento político é um processo e não uma habilidade que se adquire, como aprender a andar de bicicleta, ou um conhecimento facilmente mensurável, como a tabuada de cinco. Em outras palavras, trata-se de uma ação que se estende no tempo, implicando graus e níveis diferentes de competência e aprendizagem contínua e aberta a transformações. Não há, portanto, um ponto fixo a partir do qual se diga que uma pessoa é ou não politicamente letrada.

PORQUE

II - É um aprendizado permanente que se efetiva tanto em termos de crescimento e empoderamento individual quanto de participação social, ainda que se possam estabelecer estágios a serem alcançados por um indivíduo, grupos ou comunidades enquanto requisito básico ou ideal a ser atingido.

Sobre as asserções, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (C) as duas são verdadeiras e a segunda é uma complementação correta da primeira.
- (D) as duas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

QUESTÃO 34

Leia atentamente a tira abaixo.



TRADUÇÃO: VIDAETRAINEE.COM

Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/gestaoerh/status/535875175301283841>
Acessado em: 22 nov. 2022.

Tendo como base a crítica presente na tirinha acima, é importante salientar que existe uma falha de gestão de processos internos que pode ser sanada, levando em consideração a revisão da gestão

- (A) de competência, aliada à gestão de desempenho dos colaboradores do setor para melhor otimização de tempo e produtividade.
- (B) de desempenho dos colaboradores, para a escolha da chefia a ser indicada para a condução do trabalho.
- (C) de pessoal, para a dispensa de colaboradores que fazem a mesma função, tomando espaços de novos colaboradores eficazes.
- (D) do espaço físico dos colaboradores, para não sobrecarregar o setor com colaboradores que não conseguem trabalhar em equipe.

QUESTÃO 35**Transformações no uso de Tecnologias Educacionais**

Em um mundo de automação, transformação de negócios e obsolescência contínua de habilidades, as organizações já perceberam que fornecer uma experiência de aprendizagem digital atraente é fundamental para o sucesso do negócio.

De fato, as pessoas e as empresas tentam aplicar a tecnologia à aprendizagem corporativa há décadas. Das fitas cassetes de vídeo original para os CD-ROMs e do *e-learning* para o YouTube, passamos por uma rápida mudança na capacitação e na formação em tecnologia. A "aprendizagem digital" de hoje não significa simplesmente produzir vídeos fáceis de ver no seu telefone; significa "levar a aprendizagem onde os funcionários estão". Em outras palavras, essa nova era não é apenas uma mudança nas ferramentas; é uma mudança em direção ao *design* centrado nas pessoas. Assim como usamos aplicativos como o Uber para facilitar nossa mobilidade, o propósito é que a aprendizagem seja igualmente fácil, simples e agradável, e, ainda, considerando a jornada de trabalho dos colaboradores, que se integre ao fluxo de atividades profissionais.

Desde os primórdios, a educação corporativa se beneficia das mídias e tecnologias para cumprir seu papel na disseminação do conhecimento e da informação - primeiro com a mídia impressa, depois com fitas de vídeo e então com todo o rol de soluções eletrônicas.

Fonte: FILATRO, A; CAVALCANTI, C. C.; JUNIOR, D. P. A; NOGUEIRA, O. **DI 4.0**: inovações na educação corporativa. São Paulo: Saraiva Uni, 2019, p. 88

Sobre a ação da tecnologia na atualidade, é possível inferir que a tecnologia, especialmente, tem como **função**

- (A) demonstrar o quanto as pessoas precisam interagir com a tecnologia no trabalho.
- (B) facilitar a aprendizagem e torná-la aprazível e colaborativa no trabalho.
- (C) produzir novas tecnologias e evoluir competências de auxílio no trabalho.
- (D) ser uma nova ferramenta para a melhor compreensão do trabalho.

QUESTÃO 36

Leia atentamente a tira abaixo.



Fonte: Disponível em: <https://www.blogdahida.com/2016/03/adolescencia-em-quadrinhos.html>
 Acesso em: 22 out. 2022.

Sobre a questão da relação entre o ser humano e a internet, pode-se inferir que se trata de uma crítica

- (A) a respeito da relação das pessoas com a própria criatividade e falta absoluta do que fazer, que coincide com a falta da internet.
- (B) a respeito da relação direta entre as pessoas, de modo geral, e a companhia da internet, apesar de ter coisas bem melhores para fazer.
- (C) em relação à dependência da pessoa a internet, que se estende para além da personagem, representando a situação atual.
- (D) sobre a falta de ideias do que fazer, exclusivamente da personagem, no Brasil e no mundo, no mundo do trabalho e fora dele.

QUESTÃO 37

Preencha **corretamente** as lacunas do texto a seguir, considerando a discussão sobre gestão escolar.

“A _____, numa concepção _____, efetiva-se por meio da _____ dos sujeitos sociais envolvidos com a comunidade escolar, na elaboração e construção de seus projetos, como também nos processos de decisão, de escolhas coletivas e nas vivências e aprendizagens de cidadania.”

Fonte: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_document&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 Acesso em: 8 out. 2022

Os termos que preenchem **corretamente** as lacunas da afirmação são:

- (A) administração escolar / autoritária / alienação.
- (B) gestão escolar / democrática / alienação.
- (C) gestão escolar / democrática / participação.
- (D) gestão escolar / semidemocrática / afirmação.

QUESTÃO 38

A respeito do uso das metodologias ativas, analise as assertivas, identificando-as com **V** ou **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- () O professor como centro do processo de ensino.
- () As metodologias ativas se valem da percepção do aluno ou do profissional como parte integrante, central e ativa do próprio aprendizado.
- () Nas metodologias ativas, professor ou gestor deixa de ser o detentor do conhecimento e a sala de aula ou o espaço do trabalho torna-se um espaço de trocas e interações significativas.
- () As metodologias ativas provocam a participação ativa dos alunos ou colaboradores no próprio aprendizado, dependendo da integração pessoa-conhecimento.
- () As metodologias ativas contestam os papéis tradicionais de professores e alunos; líderes e colaboradores, tornando as interações sempre embasadas pela troca de percepção e conhecimento.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, F, F.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, V, V, V.
- (D) V, V, V, V.

QUESTÃO 39

Sobre as características de uma política de educação inclusiva, é **CORRETO** afirmar que

- (A) considera a diversidade em seus aspectos culturais e étnico-raciais como medida indispensável ao reconhecimento de identidades culturais.
- (B) considera o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais a medida única de inclusão das políticas educacionais e ela depende do educando.
- (C) considera todas as crianças e jovens iguais, o que dispensa medidas discriminatórias de acompanhamentos especializados.
- (D) pressupõe os serviços de atendimentos educacionais especializados como discriminatórios e prejudiciais ao reconhecimento da diversidade.

QUESTÃO 40

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 5º, afirma:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Com base no fragmento acima. é possível afirmar que

- I. o compromisso com a formação do cidadão e com o desenvolvimento de valores e capacidades para atuar na sociedade é garantido constitucionalmente.
- II. a atribuição da lei para garantia da escola é de competência do Estado, mas é de competência da sociedade, além de compromisso da família, garantir o desenvolvimento dos cidadãos.
- III. a educação como um direito faz com que toda a sociedade seja alertada do seu papel político e social no desenvolvimento das pessoas e do país.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 41

Leia os textos a seguir.

Texto 1

Segundo Andrade e Damasceno (2020), para ressignificar novas construções de aprendizagens é fundamental pensar o processo educacional, uma vez que a escola precisa desconstruir práticas reprodutivistas que colaboram para a não formação de sujeitos emancipados e críticos na realidade em que ocupam.

Fonte: ANDRADE, P. F. de; DAMASCENO, A. R. Novas construções sociais de aprendizagens: inclusão em educação para que? **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 211-230, set./ dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32909/22079>. Acesso em: 02 Dez. 2022. (adaptado).

Texto 2



Fonte: Tirinha do Armandinho cedida por Alexandre Beck para publicação no site do Inesc. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/educacao-publica-numa-democracia-moribunda/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Considerando os textos acima e a perspectiva da escola como um espaço de formação de cidadãos pensantes, avalie as afirmações a seguir:

- I. Educação é emancipatória quando é capaz de proporcionar aos indivíduos uma reflexão crítica sobre a sociedade em que vivem.
- II. Educação é emancipatória quando está marcada por um ensino focado em conteúdos determinados pela sociedade e ordenados na legislação independente da experiência.
- III. Educação é emancipatória quando reconhece e valoriza o processo de autonomia, independência e de participação do público estudantil.
- IV. Educação é emancipatória quando prevê a padronização de estudantes e suas aprendizagens, estabelecida numa estrutura socioeconômica autoritária.

É **CORRETO** o que se afirma **apenas** em:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

QUESTÃO 42

“Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em **todas** as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres” (SANTOS, 2003, p. 4) (grifos do autor).

Fonte: ANDRADE, P. F. de; DAMASCENO, A. R. Novas construções sociais de aprendizagens: inclusão em educação para que? **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 211-230, set./ dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32909/22079>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Com base neste texto, assinale a afirmativa **CORRETA** em relação ao papel da educação, quando se trata da inclusão.

- (A) A inclusão em educação permitirá a experiência do convívio das diferenças na mesma ambiência educativa, se contrapondo, assim, à manutenção da segregação que sistematizou escolas diferentes para pessoas diferentes.
- (B) Dentre as atribuições da escola inclusiva, não se faz necessário inserir ações de pensar em direitos que vão ao encontro da diversidade.
- (C) Para a consolidação de escolas mais inclusivas, é necessário manter os fazeres e saberes atualmente estabelecidos dentre os integrantes da ação educativa.
- (D) Pensar a educação inclusiva é primordial para práticas reprodutivistas que colaboram para a formação de sujeitos acrítricos na e da realidade em que ocupam.

QUESTÃO 43

O movimento inclusivo reconhece o direito subjetivo de cada sujeito/estudante. Dessa forma, para a consolidação de ambiências educativas mais democráticas e acolhedoras, é pertinente compreender a orientação político-filosófica da inclusão, visto que a mesma é contrária à escola tradicional/integracionista, que prevê um público estudantil padronizado.

Fonte: ANDRADE, P. F. de; DAMASCENO, A. R. Novas construções sociais de aprendizagens: inclusão em educação para que? **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 211-230, set./ dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32909/22079>. Acesso em: 02 dez. 2022. (adaptado).

Considerando a posição acima, avalie as asserções a seguir:

- I. Discorrer sobre a importância da inclusão em educação é caminhar rumo à democratização do ensino, e, quiçá, da sociedade.
- II. Nas raízes da sociedade inclusiva, há a previsão de um padronizar da forma de ser e pensar dos indivíduos.
- III. Pensar em ações inclusivas é idealizar os indivíduos focalizado em regras, e não no processo de autonomia, independência e participação social.
- IV. Tanto na escola como na sociedade, faz se necessário pensar em direitos que vão ao encontro da diversidade e inclusão

São **verdadeiras** apenas as asserções:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 44

No texto “A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças”, escrito por Kabengele Munanga (2014), o autor traz a seguinte colocação: “Em vez de opor igualdade e diferença, é preciso combiná-las para poder construir a democracia. É nessa preocupação que se coloca a questão do multiculturalismo, definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica interna devem ser reconhecidas, mas que não são inteiramente estranhas umas às outras, embora diferentes entre si.”.

Fonte: MUNANGA, K. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 4, n. 1, jul. 2014. Dossiê: Relações raciais e diversidade cultural. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticaso-ciedade/article/view/26989/14725>. Acesso em: 28 nov. 2022.

A partir da afirmativa acima, sinalize entre as figuras abaixo, aquela que ratifica o posicionamento do autor, bem como o título do texto.

(A)



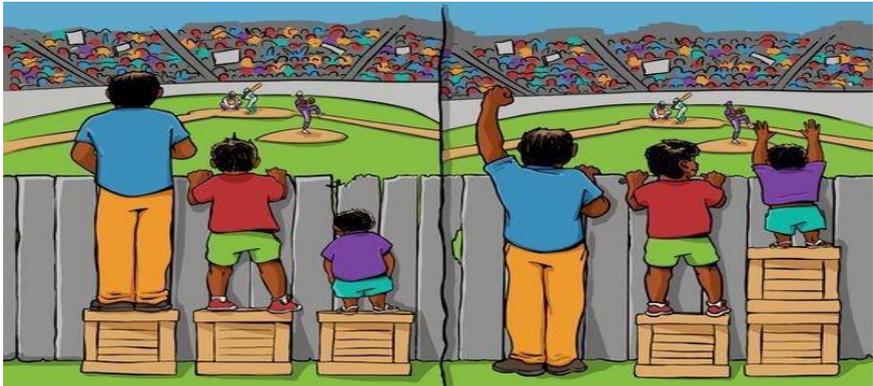
Fonte: Disponível em: <https://desventurasdeumacacheada.com.br/volta-pra-bahia-preconceito-contra-baianos-no-sul/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

(B)



Fonte: Disponível em: http://www.juniao.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Charge_Ponte_Juniao_Maioridade_Penal_Chico_Alencar_72.jpg. Acesso em: 28 nov. 2022.

(C)



Fonte: Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/2022/03/08/dia-das-mulheres-saiba-a-diferenca-entre-igualdade-e-equidade>. Acesso em: 28 nov. 2022.

(D)



Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/a.488361671209144/961806510531322/?type=3>. Acesso em: 28 nov. 2022.

QUESTÃO 45

No texto “As escolas do Legislativo no Estado democrático de direito: escolas de cidadania” (BERNARDES JUNIOR, 2018), o autor afirma que a participação cidadã no processo político-decisório é um traço característico de um Estado Democrático de Direito. E que, para o funcionamento de uma democracia, é imprescindível a representação política, tornando-se fundamental que as instâncias de representação estejam abertas para a participação popular. Neste contexto, destaca-se a importância da atuação da escola do Legislativo, na sua função educativa, que deve abordar duas grandes vertentes: a educação legislativa e a formação cidadã.

Fonte: BERNARDES JUNIOR, J. A. As escolas do Legislativo no Estado democrático de direito: escolas de cidadania. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 20, n. 34, jul./dez. 2018, p. 7. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/34535/1/Capitulo4.pdf> Acesso em: 02 dez. 2022.

Considerando essa função educativa da Escola do Legislativo, avalie as afirmações a seguir:

- I. Educação cidadã envolve planejamento, abordagem multidisciplinar da matéria objeto de legislação, estudo de impacto legislativo, avaliação legislativa, técnica legislativa.
- II. Por educação legislativa entende-se aquele conjunto de práticas e saberes que têm uma especificidade própria e que estão afeitas às atividades típicas do Parlamento, como legislar e fiscalizar.
- III. A educação cidadã pressupõe o conhecimento e a prática dos valores democráticos, bem como a crença na política como a via institucional para a solução pacífica dos inevitáveis conflitos sociais.
- IV. Na educação legislativa, consideram-se temas como a igualdade, a liberdade, a diversidade, o pluralismo, a solidariedade, o diálogo, a ética, a consciência de direitos e obrigações.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

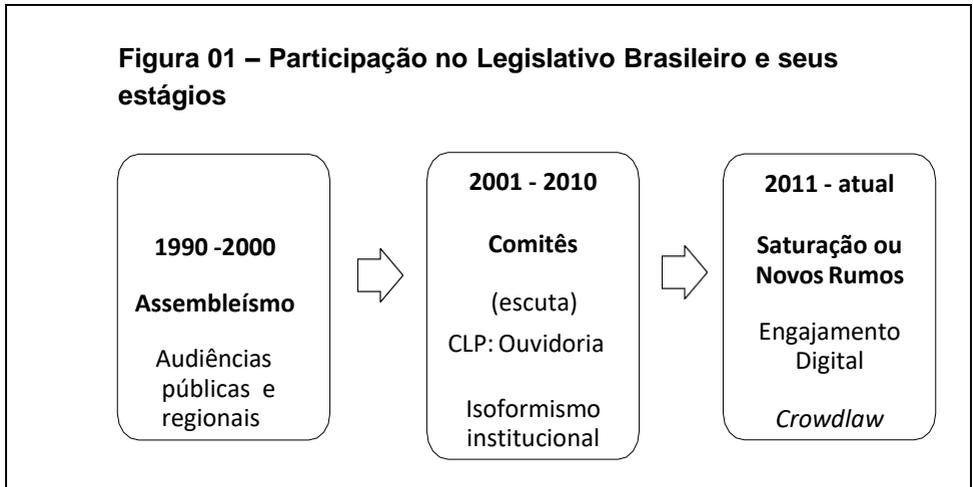
- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

QUESTÃO 46

No texto escrito por Thales Quintão, intitulado por “Crise da democracia e inovações democráticas no Legislativo: reflexões e tensões”, o autor afirma que o parlamento tem desenvolvido, nos últimos anos, inovações democráticas com vistas a resgatar e impulsionar diferentes maneiras de mediação política. Desta forma, ocorrem arranjos participativos com diferentes desenhos institucionais acerca do tipo de participação envolvida (unipessoal ou coletiva), sua dinâmica (incidência direta ou mais dialógica), onde ela ocorre (*on-line* ou *off-line*); e o processo de recrutamento (aberto ou induzido pelos parlamentares).

Fonte: QUINTÃO, Thales Torres. Crise da democracia e inovações democráticas no Legislativo: reflexões e tensões. CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 30, 2019, p. 13-14. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/27695>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Para representar o caso brasileiro, que, para o autor, a participação se deu em três estágios, foi elaborada a seguinte figura:



Fonte: QUINTAO, 2019, p. 14.

Com base nessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. O primeiro estágio se caracteriza por uma participação mais colegiada e em comitês (espaços menores), fomentando mais a escuta, sendo possuidoras de um caráter mais consultivo.
- II. O segundo estágio se insere dentro do contexto pela redemocratização brasileira (legado), em que a participação por meio de assembleias amplas e regionais era algo que imperava, muito devido ao processo da Constituinte, em que ocorreram várias deliberações públicas nesse formato.
- III. No terceiro e último estágio, nos deparamos com duas situações: 1) de saturação da participação desenvolvida pelo parlamento; 2) a de pensar novos rumos para a participação no Legislativo, que procura desenvolver formas de democracia digital junto ao parlamento, com vistas a torná-lo mais aberto e transparente.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 47

Na apresentação do livro “Escolas do Legislativo, escolas de democracia”, escrita pelo professor. Carlos Roberto Jamil Cury, há a seguinte afirmativa: “[...] escolas dos legislativos, como órgãos educacionais não escolares do próprio Legislativo, podem se tornar escolas de democracia se aceitarem que seus alunos possam vir a ser educadores dos educadores. A chegada da prática democrática no cotidiano da vida social com seus corolários da transparência, da ética e da cidadania será a prova prática de que o Brasil pode, mais do que destruir autoritarismos, construir a vida democrática.”

Fonte: CURY, Carlos R. J. Da Escola do Legislativo como Escola de Democracia. *In*: COSSON, R. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmaras dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 10. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2662>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Segundo levantamento de Rildo Cosson, considerando que uma instituição se define a partir de seus objetivos, assinale a alternativa em que **todos** os itens relacionados passam os objetivos do sistema de escolas do legislativo,

- (A) Formação escolar; treinamento e desenvolvimento; integração institucional, assessoria.
- (B) Intercâmbio de informações e experiências; divulgação; assessoria; rejeição de conhecimento prático.
- (C) Produção de conhecimento; divulgação; aproximação social; segregação do conhecimento.
- (D) Produção de conhecimento; segregação do conhecimento; aproximação social; produção de teorias inéditas.

QUESTÃO 48

Melo e Coelho (2019) afirmam que seu texto que “O propósito para o estabelecimento de escolas do Legislativo no país – que, na atualidade, totalizam mais de 200 organizações, incluindo as escolas dos Tribunais de Contas –, é treinar, capacitar e formar servidores públicos do Parlamento e cidadãos (neste caso, a educação política e para a democracia)”.

Fonte: MELO, W. M. C. de; COELHO, F. S. Gênese das escolas do Legislativo no Brasil: apontamentos históricos sobre a criação da EL-ALMG. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. esp., p. 192-217, dez. 2019. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4042/2318>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Tendo como referência o texto acima, em relação a função educativa do Parlamento, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A literatura nacional sobre escolas do Legislativo identifica um sistema brasileiro de educação Legislativa com a oferta de um rol de cursos de treinamento regidos pelas lógicas da gestão privada e da gestão institucional que se imbricam em prol de uma diretriz/orientação de desatualização do Poder Legislativo.
- (B) A produção científica mostra que as Escolas do Legislativo devem focar na missão essencial de capacitar – gerencial e institucionalmente – apenas os profissionais que atuam no Parlamento, não havendo necessidade de cumprir a função de letramento político, com o oferecimento de atividades formativas para o público externo voltadas para a promoção da democracia e da cidadania.
- (C) Após a Constituição de 1988, ensejaram-se demandas de educação corporativa (cursos de formação especializados e capacitações gerenciais), além dos habituais treinamentos de cunho operacional, bem como eventos voltados ao público, visando o letramento político e a educação para a democracia/cidadania.
- (D) As organizações legislativas começam, gradualmente, a conceber suas próprias “escolas de governo”; todas elas já nasceram voltadas para o letramento político e a educação para a democracia, em detrimento de outras atribuições como centro de T&D interno, nos moldes das universidades corporativas do setor privado.

QUESTÃO 49

“Educação para a democracia poderia ser entendida, partindo-se de conceito formulado por Cosson (2008), como o conjunto de ações e programas desenvolvidos pelos poderes e órgãos públicos no sentido da apropriação, tanto por parte de seus próprios agentes quanto da sociedade, de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia”.

Fonte: MARQUES JUNIOR, A. M. Educação legislativa: as escolas do Legislativo e a função educativa do parlamento. **Elegis**, Brasília, n. 3, p. 73-86, 2º semestre 2009. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/elegis/article/view/23/19>. Acesso em: 27 nov. 2022.



Fonte: Disponível em: <http://rbeducacaobasica.com.br/queremos-educacao-para-a-democracia/>. Acesso em: 27 nov. 2022

Compreendendo a concepção de educação para a democracia, é um **pressuposto** que sustenta tal conceituação:

- (A) A educação para a democracia precisa ser um acontecimento pontual e específico, que tenha como finalidade, a longo prazo, uma verdadeira afirmação de culturas, posturas e mentalidades.
- (B) A formação deve atingir, tanto quanto possível, apenas os próprios componentes de cada poder/órgão e agentes da esfera pública, desconsiderando demais segmentos da sociedade.
- (C) As ações e programas devem buscar um simples aprendizado e a verdadeira discordância entre práticas, conhecimentos e valores essenciais à vida política e à democracia.
- (D) Os diferentes poderes e órgãos públicos são corresponsáveis pelo processo de formação das competências e capacidades necessárias ao pleno exercício e funcionamento da democracia.

QUESTÃO 50

O reconhecimento da educação legislativa, enquanto tradução e materialização da função educativa do parlamento, tem levado, no âmbito dessas casas, a um processo de crescente valorização e consolidação das “escolas do legislativo” como os espaços próprios para o efetivo exercício dessa missão pedagógica.

Fonte: MARQUES JUNIOR, A. M. Educação legislativa: as escolas do Legislativo e a função educativa do parlamento. **Elegis**, Brasília, n. 3, p. 73-86, 2º semestre 2009. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/elegis/article/view/23/19>. Acesso em: 27 nov. 2022.

Em relação ao reconhecimento crescente do papel educativo do parlamento, a par das demais funções tradicionalmente consideradas, analise as afirmativas abaixo:

- I. A educação legislativa seria, assim, uma ação consciente e organizada do parlamento, no sentido de capacitar e qualificar a atuação dos agentes envolvidos no processo de representação e participação democrática, sob a perspectiva das questões inerentes às funções e à atuação dos três Poderes.

- II. No aspecto subjetivo, o foco da educação legislativa estaria voltado para a sensibilização, conscientização, motivação e mobilização, restrita dos agentes públicos, apenas para um adequado conhecimento e reconhecimento do Poder Legislativo.
- III. É fundamental que as ações e programas desenvolvidos no âmbito da educação para a democracia sejam orientados por uma prática pedagógica que privilegie e dê sustentação à formação de uma consciência crítica e emancipadora dos indivíduos.
- IV. No aspecto objetivo, portanto, a educação legislativa estaria relacionada à instrumentalização dos atores públicos e sociais para o exercício, de forma direta ou indireta, das funções e atribuições do parlamento, especialmente no âmbito da elaboração legislativa, da fiscalização, do acompanhamento das políticas públicas e da representação político-parlamentar.

É **CORRETO apenas** o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 51

Leia os textos a seguir.

Texto 1

“O campo da democracia digital, hoje em expansão, está, progressivamente, tornando-se mais maduro e sofisticado. Instituições públicas e da sociedade civil (assim como entidades privadas especialistas em tecnologias) começam a desenvolver estratégias que usam a inteligência coletiva para aprimorar a qualidade dos resultados, repensando e redesenhando as maneiras pelas quais as instituições fazem uso dos diversos *inputs* para o aprimoramento da qualidade dos processos de tomada de decisão e solução de problemas diversos.”

Fonte: NOVECK, B. S. Crowdlaw: inteligência coletiva e processos legislativos. **Esferas**, n. 14, p. 76. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/1088>
Acesso em: 26 nov. 2022.

Texto 2

Noveck (2019) citado por Castanho (2020, p. 201), explica que o uso da inteligência coletiva colaborativa representa um amadurecimento da democracia digital. Em artigo intitulado “Crowdlaw: inteligência coletiva e processos legislativos”, a autora explica que o *crowdlaw* é diferente dos outros dois processos participativos (participação e deliberação) tanto em qualidade quanto em quantidade.

Fonte: CASTANHO, Valeria. Da opinião a cooperação: uma reflexão sobre a participação do cidadão na democracia digital. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 57, n. 227, p. 193-210, jul./set. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/227/ril_v57_n227_p193 Acesso em: 26 nov. 2022.

Com base nos pressupostos acima, analise as afirmações a seguir, identificando-as com **V** ou **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- () O *crowdlaw* envolve três estágios na formulação de políticas.
- () O *crowdlaw* exige o compartilhamento de poder com o cidadão, o que a maioria da classe política ainda não está disposta a aceitar.
- () No *crowdlaw*, a colaboração é para financiar coletivamente projetos individuais e coletivos, considerados interessantes e inovadores pelos investidores.
- () No *crowdlaw*, quaisquer que sejam os formatos, as experiências implicam a cessão do controle sobre a elaboração de leis ou sobre processos de decisão política para um público mais diversificado.
- () No *crowdlaw*, a colaboração se realiza em torno de ideias, serviços e conteúdo, ou seja, as pessoas entram com seus conhecimentos, experiências e sugestões para a solução de um problema ou a criação de uma nova ferramenta ou programa.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V, F.
- (B) F, V, V, F, F.
- (C) V, F, V, F, V.
- (D) V, F, V, V, F.

QUESTÃO 52

Amos e Mattar (2021) afirmam que toda pesquisa-ação é de tipo participativo, em função da participação das pessoas implicadas nos problemas investigados. No entanto, eles explicam que tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação.

Segundo os autores, isso se dá porque

- (A) a pesquisa participante é convencional, os aspectos individuais são privilegiados, tais como opiniões, atitudes, motivações, comportamentos etc. Esses aspectos são geralmente captados por meio de questionários e entrevistas que não permitem que se tenha uma visão dinâmica da situação.
- (B) a pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante, na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos.
- (C) a pesquisa participante se insere no funcionamento burocrático das instituições e, neste caso, os usuários não são considerados como atores. Ao nível da pesquisa, o usuário é mero informante, e, ao nível da ação, ele é mero executor.
- (D) na pesquisa participante não há participação dos pesquisadores junto com os usuários ou pessoas da situação observada.

QUESTÃO 53

“A ideia de oferecer uma proposta de ensino-aprendizagem mais afinada às necessidades e expectativas individuais não é nova, mas remonta aos trabalhos de Montessori nos idos de 1900, que elaborou materiais didáticos em torno do desejo natural [...]. Em terreno mais próximo, Paulo Freire defendia que a aprendizagem só acontece quando o aluno é levado a compreender o que ocorre ao seu redor, a fazer suas próprias conexões e a construir um conhecimento que faça sentido para sua vida.”.

Fonte: FILATRO, A; CAVALCANTI, C. C.; JUNIOR, D. P. A; NOGUEIRA, O. **DI 4.0**: inovações na educação corporativa. São Paulo: Saraiva Uni, 2019, p. 88.

Considerando-se o pressuposto acima, as metodologias e tecnologias aplicadas à experiência de aprendizagem resultam em

- (A) avanços computacionais que possibilitam modelar a realidade, de maneira totalmente artificial, proporcionando uma sensação realista de presença e imersão em ambientes projetados com essa finalidade.
- (B) entrega de conteúdos e proposição de atividades sob medida dos seus conhecimentos prévios, seus interesses, suas preferências, seus estilos de aprendizagem e sua capacidade de aprender.
- (C) maior consciência do aluno diante da responsabilidade de suas escolhas – manipulação, decisão e criação – e a capacidade de verificar os resultados dessas ações, mais comprometido, engajamento ou imerso na experiência dele.
- (D) pequenas iterações/repetições que contrastam com as extensas fases executadas nos modelos tradicionais de DI.

QUESTÃO 54

Em uma democracia, os técnicos têm o dever de socializar o conhecimento diferenciado que adquirem no espaço público, uma vez que esses servidores tiveram acesso privilegiado ao debate público. O reconhecimento da função educativa do Parlamento impõe a construção de estratégias para a socialização do conhecimento produzido durante o processo legislativo para informar as decisões.

Fonte: RIBEIRO, G. W. **A educação legislativa e uma resposta a crise da representação?** E-legis, Brasília, n. 6, p. 101, 1º semestre 2011. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/68/69> Acesso em: 30 nov. 2022.

A educação legislativa abarca diferentes atividades do Poder Legislativo que não estão diretamente associadas ao processo decisório. Nesse sentido, o Parlamento precisa

1. criar leis e regras para organizar a sociedade e suas relações em nível nacional.
2. realizar a proposição de projetos de lei, incluindo estudar projetos de lei, debater os projetos, propor melhorias e votá-los, aprovando-os ou rejeitando-os.
3. criar espaços de discussão e de aprendizagem, sem conexão direta com a agenda decisória, para qualificar os atores que irão participar dos debates durante o processo de decisão.
4. disponibilizar escolas com práticas educativas que se distanciem do processo decisório, mas que com ele não percam o vínculo, na medida em que têm em seu horizonte o aperfeiçoamento da democracia.
5. produzir e fazer circular informações e conhecimentos com alguma distância da arena decisória para qualificar essa arena, criando competências e habilidades em seus servidores para o adequado suporte técnico e político.

Está **CORRETO apenas** o que se afirma em:

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 1, 2 e 5.
- (C) 2, 3 e 4.
- (D) 3, 4 e 5.

QUESTÃO 55

Leia o texto a seguir.

“Um dos aspectos cruciais desta metodologia é o de propiciar o retorno à realidade, que permite aos atores, que participam de experiência, identificar aspectos insatisfatórios da realidade, visando um aprimoramento qualificado. Ainda, espera-se que o processo realizado pelos alunos lhes permita construir conhecimento fundamentado na realidade e com as atividades de elaboração intelectual em cada etapa do processo”.

Fonte: MATTAR, J.; CZESZAK, W.; CASTRO, J. G. D.; MOSER, A.; SILVA, J. F.; SILVA, M. A. Educação na contemporaneidade: aprendizagem, uso da tecnologia e metodologias ativas no ambiente escolar. *In*: GARCIA, Leandro Guimaraes; MARTINS, Tatiana Costa (org.). **Possibilidades de aprendizagem e mediações do ensino com o uso das tecnologias digitais**: desafios contemporâneos. Palmas: EdUFT, 2021. v. 1, p. 255-283.

O contexto acima refere-se a:

- (A) aprendizagem baseada em casos.
- (B) aprendizagem baseada em problematização.
- (C) instrução por pares.
- (D) portfólio.

QUESTÃO 56

Sampaio e Mitozo (2021) chamam a atenção para o quanto os Legislativos têm tentado se estabelecer, enquanto instituições públicas, no ambiente digital. Os autores apontam que, no Brasil, essa transformação se expressa na crescente formação de equipes técnicas dentro dessas casas, que, por sua vez, têm desenvolvido cada vez mais ferramentas. Todavia, eles apontam que o processo de digitalização tem trazido para as instituições representativas desafios que ainda cerceiam um melhor aproveitamento democrático das plataformas *on-line* para o trabalho parlamentar, a fim de possibilitar a abertura da participação dos cidadãos, de forma mais ativa no processo decisório parlamentar. Esse, sem dúvida, é um dos valores democráticos que têm recebido maior atenção por parte dos estudos brasileiros.

Fonte: SAMPAIO, Rafael Cardoso; MITOZO, Isabele Batista. Democracia digital e o processo de abertura dos parlamentos. *In*: MOREIRA, Bernardo Motta; BERNARDES JUNIOR, Jose Alcione (coord.). **A elaboração legislativa em perspectiva crítica**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2020. Disponível em: [https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/39826/1/Elabora%
c3%a7%c3%a3o%20legislativa%20arquivocompleto.pdf](https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/39826/1/Elabora%c3%a7%c3%a3o%20legislativa%20arquivocompleto.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

Outros estudos também são mencionados pelos autores, evidenciando a preocupação em se abordar a expressão das funções parlamentares, por meio de ferramentas *on-line*, que são:

- (A) informação, comunicação, representação e comunicação, além de conexão e consulta pública.
- (B) institucionalização, inovação, engajamento, além de fiscalização e votação.
- (C) legislação, representação, legitimação e fiscalização, além de educação e participação.
- (D) votação, legislação, inovação, fiscalização, além de criação de valores em três dimensões democráticas.

QUESTÃO 57

Segundo Santos e Avritzer (2005), “as novas democracias devem se transformar em novíssimos movimentos sociais, no sentido de que o estado deve se transformar em um local de experimentação distributiva e cultural. É na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas. Esses potenciais, para serem realizados, precisam estar em relação com uma sociedade que aceite renegociar as regras da sua sociabilidade, acreditando que a grandeza social reside na capacidade de inventar, e não de imitar.”.

Fonte: SANTOS, B de S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Partindo dessa concepção, os autores propõem três teses para o fortalecimento da democracia participativa, que são:

- I. Fortalecimento da demodiversidade.
- II. Fortalecimento da teoria participativa.
- III. Potencialização da democracia digital.
- IV. Ampliação do experimentalismo democrático.
- V. Empoderamento dos cidadãos a partir do compartilhamento do poder.
- VI. Fortalecimento da articulação contra hegemônica entre o local e o global.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e VI.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.

QUESTÃO 58

Numere a **Coluna 2**, associando corretamente os conceitos, conforme a **Coluna 1**.

Coluna 1	Coluna 2
1. Democracias imaturas	() Refere-se a cidadãos que são conscientes de que pertencem a uma comunidade e que se envolvem na vida cotidiana, debatendo seus problemas, promovendo e apoiando as mudanças ou contestando ações não desejadas.
2. Democracias recentes	
3. Cidadania ativa	() Refere-se a cidadãos sem o hábito, o conhecimento e o estímulo para acompanhar os gastos públicos, inclusive, existe um movimento por parte de agentes políticos e gestores públicos pela pouca participação dos cidadãos, considerando o voto como a única forma de exercício da cidadania.
4. Cidadania passiva	() Refere-se a cidadãos que exercem o direito/dever de voto quando acontecem as eleições, esperando que o estado das coisas seja modificado e/ou melhorado. () Refere-se um maior comprometimento do agente público e da sociedade com a participação cidadã, evidenciando fatores como uma maior qualidade na educação e um constructo histórico que tem na informação e na participação popular um valor a ser defendido, fazendo com que a transparência e a possibilidade de participação cidadão estejam mais presentes.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 4 – 1 – 3 – 2.

QUESTÃO 59

Leia atentamente o conceito de cidadania mencionado por Castro (2015).

É um conceito aberto, polissêmico, que se reconfigura em cada contexto. Gira em torno do estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada que lhe confere direitos e obrigações e explicita seus vínculos e compromissos com o mundo que se deseja construir e preservar, com a continuidade das gerações e com a solidariedade entre contemporâneos. À busca pela garantia dos direitos civis, políticos e sociais incorpora-se a formulação dos direitos ecológicos, culturais e de minorias. É uma concepção de cidadania marcada por múltiplas vozes e linguagem num mundo também múltiplo, que é ponto de partida para uma variedade ético-política em que a pluralidade possa se configurar mais como uma oportunidade do que como um desastre, mais como uma promessa do que como uma ameaça.

Fonte: CASTRO, R. S. Cidadania, educação e Legislativo. *In*: RESENDE, A. J. C.(coord.). **Poder Legislativo e cidadania**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2015. p. 103-129. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/poder_legislativo_cidadania.html

O conceito acima se refere à

- (A) Cidadania complexa.
- (B) Cidadania democrática.
- (C) Cidadania político-administrativa.
- (D) Cidadania radical.

QUESTÃO 60

Leia o texto a seguir.

“Tratar de democracia na contemporaneidade simplifica vislumbrar horizontes de cidadania, a afirmar mais ou menos intervenção no sistema político e capacidades comunicativas no sistema jurídico. Significa, sob o signo da contingência e do risco, admitir relações de poder mais inclusivas e abertas, que requerem da política procedimentos e decisões mais legítimos e eficazes. Impõe, enfim, trabalhar cidadania e democracia não apenas como método e forma aplicável à política, mas como princípio valorativo e orientador nas relações sociais.”

DIAS, W. R. Cidadania e teoria democrática. *In*: RESENDE, A. J. C. (coord.). **Poder Legislativo e cidadania**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2015. p. 210. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/poder_legislativo_cidadania.html

Reconhecendo a inexistência de uma forma democrática única, mas variadas possibilidades relacionadas a questões como o multiculturalismo e a apropriação social de direitos pelos cidadãos, Santos, citado por Dias (2015), aponta, em síntese que abrange as correntes vinculadas ao aprofundamento democrático, **três caminhos** em torno da cidadania democrática, que são

- I. criação de novas instâncias coletivas de decisão.
- II. otimização dos prazos e custos quanto à implementação de políticas.
- III. ampliação do aprofundamento das experiências de participação democrática.
- IV. mobilização por direitos que ressignifiquem pensamentos, olhares, saberes e fazeres.
- V. apropriação de valores que envolvem questões humanas e sociais da comunidade educativa.
- VI. articulação entre esferas local, nacional e global, a compreender movimentos emancipatórios e contra hegemônicos.

Os três caminhos estão **corretamente** indicados em:

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e VI.
- (C) II, V e VI.
- (D) III, IV e V.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 01/2022

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

ATENÇÃO:

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA

VIRAR O CADERNO DE PROVAS.

